



Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER
Procuradoria Autárquica - DER-PROJUR

Parecer nº 863/2021/DER-PROJUR

Referência: Processo administrativo 0009.427860/2020-69 - Pregão Eletrônico nº 306/2021/ZETA/SUPEL/RO

Procedência: Comissão de Licitação ZETA/SUPEL

Interessado: Empresa **J CANUTO FLOR NATURAL - ME.**

Objeto: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada no fornecimento de hidrossemeadura e defensas metálicas, para atender as demandas presentes e as que poderão ocorrer durante o exercício 2021.

Valor estimado: R\$ 18.377.063,08 (dezoito milhões, trezentos e setenta e sete mil sessenta e três reais e oito centavos).

Ementa: DIREITO
ADMINISTRATIVO.
LICITAÇÕES E CONTRATOS.
Recurso Administrativo.
Qualificação Técnica
Operacional.
Conhecimento. Improcedente.

I - INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela recorrente **J CANUTO FLOR NATURAL - ME** (0019275777), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.
2. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
3. Abrigam os autos o **Pregão nº 306/2021/ZETA/SUPEL/RO**.

II - ADMISSIBILIDADE

4. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

III - DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE J CANUTO FLOR NATURAL - ME (0019275777)

5. A recorrente apresenta inconformismo com a decisão do Pregoeiro que a inabilitou no certame licitatório para o item 02 do edital.

6. Aduz a recorrente que foi vencedora na fase de lances, do certame na qual participou exclusivamente do item 02 (Grama Hidrossemeadura) e que na ocasião do julgamento da Habilitação, o Pregoeiro julgou insuficiente a qualificação técnica operacional apresentada pela recorrente e a declarou inabilitada utilizando o seguinte argumento:

“Todavia, em sede de análise de qualificação técnica, a empresa descumpriu o item 13.8.3 do Edital: deixou de comprovar o fornecimento de no mínimo 5% (cinco por cento) do quantitativo do item em que esteja participando.” E concluiu: “Assim, em respeito a legislação licitatória, e aos princípios que regem os atos da Administração Pública, DECIDO INABILITAR a proposta da empresa J. CANUTO FLOR NATURAL, em homenagem aos princípios da legalidade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, encartados no art. 3º, da Lei Federal N. 8.666/93.”

7. Relata que o Edital, como regra máxima da licitação, apontou apenas para o item 01 a parcela de maior relevância e que a análise feita pelo Pregoeiro pautou-se em critérios subjetivos ao considerar a ausência de comprovação de um quantitativo que foi indicado para outro item a qual não participou.

8. Prosseguindo em sua defesa, enfatiza que em ocasião durante a preparação dos documentos de habilitação e elaboração da proposta, seguiram a orientação prevista no Edital do PE 306/2021, que de forma omissa, não evidenciou de forma objetiva a necessidade de apresentação de mais atestados, que por óbvio, a recorrente teria feito a juntada pois possui outros atestados que comprovam sua qualificação técnica operacional.

9. Ao final, discorre acerca do rigor aplicado no julgamento da qualificação técnica, considerando injusta e irregular a inabilitação com base nos argumentos delineados pelo Pregoeiro, uma vez que o edital remete a parcela de maior relevância apenas para o item 01. E, para fins de justiça, o mínimo que se deve fazer é buscar as soluções apresentadas tanto pelo subitem 24.11 do Edital, quanto no §3º, do art. 43, da Lei 8.666/93 e ainda subsidiar-se pela aplicação do formalismo moderado e a prevalência da supremacia do interesse público, qual seja a obtenção do sucesso no certame. Em última ratio, requer que o Pregoeiro poderia lançar mão do §3º, do art. 48, da Lei 8.666/93. Vejamos:

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. “Com isso, o Pregoeiro pode promover diligências e solicitar outros Atestados de Capacidade à recorrente, que possui total qualificação e tem condições de dispor de imediato tais documentos. Podendo também abrir o prazo previsto no §3º do art. 48, para o saneamento das possíveis irregularidades, concedendo igual oportunidade a todos os participantes, de forma isonômica e, com isso poderá lograr êxito na licitação.

IV - DAS CONTRARRAZÕES INTERPOSTA PELA LICITANTE

10. Não houveram contrarrazões.

V - DECISÃO DO PREGOEIRO (0019275857)

11. Compulsando os autos, a Pregoeiro julgou:

- **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **J. CANUTO FLOR NATURAL**, no item 02.

VI - PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

12. O recurso interposto pela **J. CANUTO FLOR NATURAL** insurge, contra a decisão do pregoeiro que a inabilitou **pela ausência de Qualificação Técnica Operacional para atender ao item 02 definido em Edital do PE 306/2021.**

13. A recorrente **J. CANUTO FLOR NATURAL** assevera que fora previsto no referido edital, como parcela de maior relevância e valor significativo, especificamente quanto a qualificação técnica, acobertando somente ao item 01 e

menção o item 13.8 do edital e justifica a razão de equívoco em sede de decisão do pregoeiro da seguinte forma:

“ 13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(...)

a. Item 01: Parcela de maior relevância: Fica determinado como parcela de maior relevância o Item 01, tendo em vista o seu valor estimado de R\$ 16.952.281,92 (dezesesseis milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos). “

Nesse viés, concluiu a recorrente que *“não pode ser inabilitada pela ausência de comprovação de um quantitativo que foi indicado para outro item que nem mesmo estamos participando”*.

14. Relata ainda, que seria cabível a realização de diligências futuras quanto ao atestado de qualificação técnica para sanar as possíveis falhas em sua documentação, referenciando a Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas da União (Acórdão 2.521/2017-TCU-Plenário e Acórdão n. 1211/2021-P), bem como ao item 24.11 do Edital.

Adiante, a empresa J. CANUTO FLOR NATURAL, defende a aplicação do disposto no §3º, do art. 48, da Lei 8.666/93, que reza que:

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

15. Por último, enfatiza o formalismo excessivo quanto a decisão do pregoeiro do certame licitatório e conclui com os pedidos de praxe.

VII - DA ANÁLISE DE MÉRITO DO PREGOEIRO

16. O douto pregoeiro do certame licitatório conforme preconiza o Decreto nº 12.205, de 30 de maio de 2006, que regulamenta o pregão, em sua forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, que assim aduz:

Art. 11. Caberá ao pregoeiro, em especial:

(...)

VI - verificar e julgar as condições de habilitação;

17. Pois bem, em análise do recurso administrativo que fora apreciado o pregoeiro discorre que os licitantes deveriam comprovar antecipadamente no prazo estabelecido em edital, no item 13.8.3, no mínimo, 5% (cinco por cento) do quantitativo ***“DO ITEM EM QUE ESTEJA PARTICIPANDO”***.

18. Esclarece que a recorrente J. CANUTO FLOR NATURAL participou do item 02, no PE 306/2021 e conforme previsto o quantitativo total do item 02 é 157.958 metros quadrados, resultando em percentual de 5% (cinco por cento) desse total, 7.897,90 metros quadrados.

19. Em contraposição, a recorrente somente comprovou o histórico de fornecimento de um total de **2.860 metros quadrados**, sendo analisados e somados todos os atestados apresentados, juntamente com o quantitativo que consta na Nota Fiscal, diante disso, relata o pregoeiro: ***“foi corretamente inabilitada, por descumprir os termos do ato convocatório”***.

20. O pregoeiro aclara, ainda, a motivação de inabilitação da recorrente pelo descumprimento do item **13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, vejamos:

13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.8.1. As empresas deverão apresentar Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa LICITANTE em fornecimento pertinente e compatível EM CARACTERÍSTICAS e QUANTIDADES com o objeto desta licitação, nos termos do Art. 3º, inciso III, da Orientação Técnica Nº. 001/2017/GAB/SUPEL/RO. (Base Legal: art. 30, II c/c § 1º da Lei Federal 8.666/93; IN 05/2017/MPOG, a saber:

Art. 3º Os Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais relativos à aquisição de bens e materiais de consumo comuns, considerando o valor estimado da contratação, devem observar o seguinte: (...) (...)

III – acima de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) – apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidades, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo;

a. Item 01: Parcela de maior relevância: Fica determinado como parcela de maior relevância o Item 01, tendo em vista o seu valor estimado de R\$ 16.952.281,92 (dezesesseis milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos).

13.8.2. Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem o fornecimento anterior de entrega de produtos condizentes com o objeto desta licitação;

13.8.3. Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, comprove o fornecimento de no mínimo **5% (cinco por cento) do quantitativo do item em que esteja participando;**

13.8.4. Na ocorrência do percentual requerido para o quantitativo apresentar fração, considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior.

21. Pois bem, não resta dúvidas que a inabilitação da recorrente foi medida necessária tendo em vista em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao julgamento objetivo, encartados no art. 3º, CAPUT, da Lei Federal N. 8.666/93, estando a atuação do pregoeiro do certame licitatório condicionado aos ditames da lei geral que rege as Licitações e Contratos Administrativos, reza o art. 43, §3º, da referida norma:

3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

22. Desse modo, não haveria amparo na norma pátria à concessão de prazo para apresentação de documentação posterior por parte da recorrente para sanar as falhas na propositura de atestação de sua qualificação técnica para habilitação no certame, pois isso infringiria o que preconiza o Princípio da Legalidade, capitulado na Carta Magna de 1988, art. 37 c/c com o que aduz o ato convocatório do PE 306/2021 que não permite a realização de diligência para o fim defendido pela empresa recorrente, inclusão de documento novo, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)

24.3. O(a) Pregoeiro(a) ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.**

23. Destarte, não assiste razão a recorrente quanto aos pedidos elencados.

VII - CONCLUSÃO

24. Ante o exposto, opino pelo conhecimento do recurso, e pela manutenção da decisão do Pregoeiro, que julgou da seguinte forma:

- **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **J. CANUTO FLOR NATURAL**, para reformar a decisão do pregoeiro e habilitá-la ao item 02 do edital.

25. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

26. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

27. O presente parecer apenas terá validade após o aprovo por parte do Procurador Geral do Estado de acordo com o art. 11, V, da LCE n. 620/2011 e arts. 8º, § 3º c/c 9º, II, da Resolução n. 08/2019/PGE/RO.

28. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Lauro Lúcio Lacerda
Procurador do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 16/07/2021, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0019307214** e o código CRC **8F7AAA93**.